

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº	30313/23
Autarquia	e
Fis.	02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades**PROTOCOLO**

Identificador: e290cf1d-d8e1-4b0d-a2fe-3e79de90a5eb

Protocolo: Processo Requerimento Nº 030313/2023

Data: 09/11/2023 11:46:51

Origem: WL EMPREDIMENTOS CO LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: WL EMPREDIMENTOS CO LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 09/11/2023 11:47:09	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Boa tarde, Sr(a) Pregoeiro(a). Peço respeitosamente a nova análise da documentação da empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA EPP e em seguida a desclassificação da mesma no item 36, após análise da documentação da empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA EPP foram verificados alguns erros que serão apresentados a seguir:

1- A empresa apresentou sua proposta de preços em total desacordo com o que é pedido no edital. O prazo de validade da proposta da referida empresa é de 60 dias, sendo inferior ao pedido pela administração (90 dias). A especificação do produto apresentado pela empresa está completamente incompleto, foi inserido apenas uma simples menção ao produto "máquina de neve".

2- A empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA EPP não possui o CNAE para participar da referida licitação que tem como objeto aquisição de Peças Ornamentais Natalinas. o CNAE correto seria o CNAE 4789-0/99 Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente que consta em seus cnaes descritores: 4789-0/99 ENFEITES, DECORAÇÃO DE NATAL, 4789-0/99 ADORNOS DE NATAL, 4789-0/99 ARTIGOS PARA DECORAÇÕES DE FESTAS.

3- O balanço patrimonial apresentado pela empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA EPP encontra-se incompleto. Foi apresentado um balanço com escrituração de 04/05 a 31/07. E foi apresentado outro balanço com escrituração de 01/08 a 30/09, onde não constam os termos de abertura e fechamento e nem os índices.

4- A Declaração Unificada apresentada pela empresa não se encontra compatível com o modelo solicitado pelo órgão.

Fechar

▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

CONTRARRAZÃO :

À Prefeitura de Nova Friburgo
Ref. Ao pregão nº 213/2023

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro;

A GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA., apresenta as contrarrazões do recurso incluído de forma equivocada pela empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA contra da decisão que declarou como vencedora a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA.

De início, esclareço que, nossa empresa apresentou-se tempestivamente como participante do referido pregão eletrônico para o Item: 36, e acredita ser importante apresentar a contrarrazão do recurso, considerando que a empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA, equivocou-se em seu recurso, pois está claramente atrapalhando o bom andamento do processo e atrasando o processo de compras por motivos totalmente equivocados.

A) DO MOTIVO

1- A empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA alegou que a validade da nossa proposta é de 60 dias e não de 90 dias. A Secretaria de Turismo e Marketing de Nova Friburgo solicita entrega do material até o dia 17/11/2023 (se não houver atrasos por conta de recursos equivocados), a nossa empresa irá cumprir o prazo de entrega, a validade na proposta será uma mera formalidade. E se necessário, atualizamos na proposta, isso não é motivo para desclassificação.

E em relação à descrição do produto na proposta, não há qualquer motivo para desclassificação, enviamos o folder do produto com todas as informações solicitadas.

2- A WL EMPREENDIMENTOS informa um CNAE para este produto de forma equivocada novamente, máquina de neve não é um produto que se classifica como adorno natalino ou decoração de Natal, ele pode ser usado no Natal, mas não é exclusivo do natal. Este produto se enquadra muito melhor como um artigo de recreação ou aparelho elétrico/eletrônico, conforme temos em nossos CNAES.

3- Mais uma vez a empresa WL EMPREENDIMENTOS se equivocou, no item 19.2.2 do Edital informa de forma clara que:

"19.2.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura."

Nossa empresa apresentou o balanço de abertura, que era a única exigência neste item. Em relação aos índices, nós apresentamos em nossa documentação, e ainda que não tivesse, temos capital social de pelo menos 10% do valor do lote.

4- No item 4 deixa claro que mais uma vez demonstra que o licitante está atrapalhando o bom andamento do processo com motivos infundados, apresentamos a declaração unificada com as informações necessárias para a prefeitura, e a licitante questiona que não está compatível com o mesmo modelo solicitado.

B) DO PEDIDO

Em suma, não há razão ou argumento sólido que renda ensejo à aceitação do Recurso Interposto pela referida empresa conforme contrarrazões apresentadas e documentos anexados ao processo licitatório, razão pela qual requer a V.Sa.:

- Não provimento ao recurso administrativo ora interposto pela Licitante:

WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA, CNPJ 00.860.723/0001-60

Atenciosamente,
GLC, Atacado de Suprimentos LTDA
Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2023

Fechar



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.313/2023

RUBRICA: *cp* FOLHA: 05

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº213/2023.

Processo Licitatório nº: 17.098/2023

Processo Recurso nº: 30.313/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORNAMENTAIS NATALINAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA, inscrita no CNPJ: 00.860.723/0001-60, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 30.313/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 07/11/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 17.098/2023, a empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3.



Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que o prazo de validade da proposta da empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA estaria em desacordo com o Edital, que a especificação do produto apresentado pela empresa estaria incompleta, que a referida empresa não possuiria o CNAE para participar da licitação em comento, que o balanço patrimonial apresentado não estaria completo e que a Declaração Unificada não seria compatível com o modelo solicitado pelo órgão.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, alega a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA que:

- 1) A validade da proposta não seria problema, pois a Secretaria de Turismo e Marketing de Nova Friburgo solicitou que a entrega fosse realizada antes do prazo de 60 dias informado no documento e, que, se necessário poderia atualizar a proposta.
- 2) Em relação à descrição do produto na proposta, não haveria qualquer motivo para desclassificação, pois foi enviado folder do produto com todas as informações solicitadas.
- 3) Quanto ao CNAE, máquina de neve não seria um produto que se classificaria como adorno natalino ou decoração de Natal, pois apesar de poder ser usado

Comissão de Pregão I

no Natal, não seria exclusivo de tal evento. Este produto se enquadraria muito melhor como um artigo de recreação ou aparelho elétrico/eletrônico.

- 4) No tocante à qualificação econômico-financeira, informa que obedeceu à exigência do Edital para empresas criadas no exercício financeiro da licitação, apresentando o balanço de abertura.
- 5) No que se refere à Declaração Unificada, comunica que apresentou todas as informações necessárias para a prefeitura.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação da WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA de que a GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA apresentou proposta de preços em total desacordo com o que é pedido no edital, ratificamos o entendimento da recorrida de que, no caso em tela, constar a validade de 60 dias não comprometeria a habilitação da empresa. Mesmo que se fizesse necessária a retificação da validade da proposta, a Comissão de Pregão poderia diligenciar para que fosse apresentada proposta com validade de 90 dias, o que seria considerado mera formalidade, pois o Anexo I do Edital prevê a entrega imediata.

Em relação à alegação de que a descrição do produto na proposta estaria incompleta, a GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA apresentou para o item 36 a especificação "Máquina de Neve", enquanto que no Termo de Referência, consta "Máquina de Neve - Descrição: Máquinas de neve 1500w - 220v ou bivolt". Conforme alegado pela empresa, foi enviado folder (devidamente aprovado pela secretaria requisitante), em que constam todas as informações solicitadas, como podemos verificar às fls. 12.

Comissão de Pregão I

Quanto à alegação de que a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA não possuiria o CNAE para participar da referida licitação, corroboramos o entendimento de que o item 36 poderia se encaixar como artigo de recreação ou aparelho elétrico/eletrônico, enquadrando-se no CNAE "42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas" ou "47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico".

Ademais, a empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica comprovando o fornecimento de "Máquina de Neve 1.500 w", constante de fls. 13.

A Lei 8.666/1993 não exige que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas um objeto social idêntico ao objeto do certame. As atividades desempenhadas devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal.

De acordo com o entendimento dos Tribunais de Contas:

"É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade". (TCE-MG – Denúncia nº 1047986/2021 – 1ª Câmara)".

"Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita do edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o

Comissão de Pregão I

objeto licitado, para que seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993". (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara).

"Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços solicitados". (TCE-MG - DENÚNCIA Nº 1088799/2021. 1º Câmara).

"(...) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (...)" (Acórdão 1.203/2011 - Plenário).

Considerando, ainda, a Doutrina de Marçal Justen Filho:

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação".

Por todo o exposto, conclui-se que a existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela lei 8.666/1993, que tem como um dos seus princípios basilares, a ampla concorrência.

No tocante à qualificação econômico-financeira, vejamos o que dispõe o subitem 19.2.2 do Edital: "As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura". Constatamos que a recorrida

Comissão de Pregão I

obedeceu à exigência do Edital para empresas criadas no exercício financeiro da licitação, tendo apresentado o documento solicitado.

No que se refere à alegação de que a Declaração Unificada apresentada pela empresa não se encontra compatível com o modelo solicitado pelo órgão, oportuno mencionar o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

"Na realização de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados, não significando desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório".

Acerca do tema, adverte Marçal Justen Filho:

"[...] é imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência. Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 427)

Conclui-se, portanto, não restar dúvida de que os agentes públicos deverão atuar ao examinar as propostas de preços com esteio nos princípios da razoabilidade,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.313/2023

RUBRICA: 41 FOLHA: 11

Comissão de Pregão I

proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado, de modo que não assiste razão para a inabilitação da empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA.

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 213/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 213/2023.

Nova Friburgo, 14 de novembro de 2023.

Karla Braga Machado
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I
Matricula: 990.996



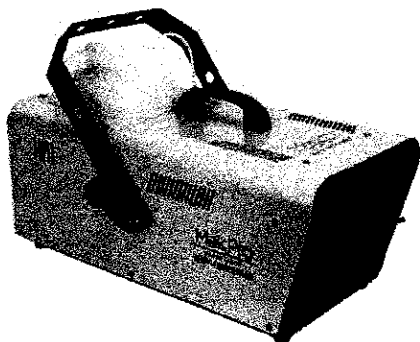
Novo - 15 vendidos

Máquina De Neve 1500w Dmx + Controle Remoto Sem Fio Cor Prateado

R\$ 1.029

em 12x R\$ 99⁷⁶

Ver os meios de pagamento



O que você precisa saber sobre este produto

- Potência de 1500W.
- Operação remota sem fio.
- Opção de controle DMX.
- Uma peça fundamental para ambientar os seus eventos e gerar um efeito visual único.

Ver características

Características do produto

Características principais

Marca	Mak Pro
Modelo	MKP-1500SNMD
Cor	Prateado

Outros

Potência	1500 W
Com luzes	Não
Com DMX	Sim
Com controle remoto sem fio	Sim
Com controle remoto com fio	Não

Descrição

MÁQUINA DE NEVE 1500W DMX + CONTROLE REMOTO SEM FIO - MKP-1500SNMD

Voltagem: 220V 50-60Hz

Potência: 1500W

Consumo: 600/1200W

Consumo de fluido: Aproximadamente 500ml por minuto em potência máxima

Capacidade do Tanque: 5L

Distância de saída: 2/5 metros

Display: Display LED

Configurações manuais via Display: TIMER (duração e intervalo)/VAZÃO DE SAÍDA/POTÊNCIA DE SAÍDA

Ajuste de potência: Chave de ajuste Máximo e Mínimo

Controle Remoto sem Fio: Alcance de 25 metros

DMX: 1 canal

Display: Display LED

Dimensões: 53x26x28cm

Peso Líquido: 11kg



JM Assessoria, Consultoria e Corretora de Mercadorias LTDA

CNPJ: 05.924.744/0001-16

Inscrição municipal: 0.382.439-8

Av. Francisco Otaviano, 23, Copacabana, Rio de Janeiro / RJ Tel: (21) 98165-6455

Processo N° 30.313/23
Rubrica 41 Fls: 13

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos que a empresa, **GLC Atacado de Suprimentos LTDA**, sediada na Av. Abelardo Bueno, 3300, sala 108, Barra da Tijuca Rio de Janeiro / RJ - CEP 22775-040, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ sob O N° 50.548.735/0001-22, para fins de capacitação técnica que a empresa, forneceu os materiais abaixo especificados em plenas condições de uso, no prazo de entrega estabelecida.

- **Cordão Led Branco – 1.000 unidades**
- **Cordão Led Vermelho – 1.000 unidades**
- **Cortina Pisca-Pisca (Cascata) – 300 unidades**
- **Grama Sintética – 1.800 m²**
- **Lâmpada Led em Vermelho – 350 unidades**
- **Máquina de Neve 1.500w – 25 unidades**
- **Mini Pinheiros de Natal – 1.000 unidades**
- **Pinheiro de Natal – 100 unidades**
- **Tubo Snow Fall – 1.250 unidades**

Atestamos que tais fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Sem mais para o momento, reitero votos de estima consideração.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2023.

JOAO COELHO

MAGALHAES:1271094
4790

Assinado de forma digital por
JOAO COELHO
MAGALHAES:12710944790
Dados: 2023.10.31 13:38:34 -03'00'


João Coelho Magalhães

Sócio-diretor

CPF 127.109.447-90



Processo nº 30.313/23

Folha nº 14 Rubrica: 

A Secretaria de Turismo e Marketing de Nova Friburgo, vem, por meio do presente, tomar ciência da manifestação e decisão da Comissão de Pregão I, juntamente com os seus anexos (fls. 05/13), e mediante aos argumentos que levaram a decisão de mérito de negar provimento ao Recurso interposto, esta especializada concorda com a decisão apresentada, pugnando pelo prosseguimento de praxe do processo.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração, e coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

Atenciosamente,

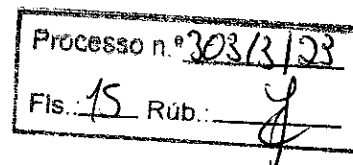


Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo e Marketing da Cidade
Mat.: 062.790

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Comprovante de Envio de Atividades****ORIGEM**


Remessa Nº 481.598

Participante SECRETARIA MUN. DE TURISMO E MARKETING

Responsável JULIANO COMBAT TEIXEIRA DA MOTA

Data e Hora 16/11/2023 10:55:24

Nova Friburgo, 16 de novembro de 2023


JULIANO COMBAT TEIXEIRA DA MOTA
SECRETARIA MUN. DE TURISMO E MARKETING**PROTOCOLO**

Protocolo: Processo Requerimento Nº 030313/2023

Origem: WL EMPREDIMENTOS CO LTDA

Contato: WL EMPREDIMENTOS CO LTDA

Requerente: MATEUS DE CASTRO

Assunto: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

ENCAMINHAMENTO

Ciência da decisão da comissão de pregão I em relação ao recurso interposto.

RECEBIMENTO**Para Providências**

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.


PROCESSOS ADMINISTRATIVOS -
PROCURADORIA GERAL

Gerado por: juliano.combat@hotmail.com Página 1 de 1

16/11/2023 10:55



Processo: 30313/2023

Recorrente: WL Empreendimentos CO Ltda.

Recorrida: GLC Atacado de Suprimentos Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 213 de 2023 - Processo Licitatório n. 30268/2023

PROCESSO N° 30313

DATA 24/11/23

Folhas N° 16 Rubrica Delipso

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 213 de 2023 - Processo Licitatório n. 17098/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de peças ornamentais natalinas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03) que (1) a recorrida apresentou sua proposta em desacordo com o que é pedido no edital, pois o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, inferior ao pedido pela Administração (90 dias); (2) a especificação do produto apresentado pela recorrida está completamente incompleto, pois foi inserido apenas uma simples menção ao produto "máquina de neve"; (3) a recorrida não possui CNAE para participar da licitação que tem como objeto aquisição de peças natalinas; (4) o balanço patrimonial apresentado se encontra incompleto; (5) a declaração unificada apresentada não está compatível com o modelo solicitado.

A recorrida apresentou contrarrazões às fls. 04, combatendo as alegações da recorrente, afirmando que: (1) o prazo de entrega do material é até o dia 17/11/2023 (se não houver atrasos por conta dos recursos), e que irá cumprir o prazo de entrega e, se necessário, atualizará a proposta, tratando-se de mera formalidade, não sendo motivo para sua desclassificação; (2) quanto à descrição do produto na proposta não há qualquer motivo para desclassificação, pois foi enviado o folder do produto com todas as informações necessárias; (3) a máquina de neve não é um produto que se classifica como natalino ou decoração de natal, podendo ser usado no natal, mas não é exclusivo, enquadrando-se melhor como artigo de recreação ou aparelho eletro/eletrônico, conforme consta em seus CNAES; (4) foi apresentado o balanço de abertura, na forma do item 19.2.2; (5) a declaração unificada foi apresentada com todas as informações necessárias.



30313
24 11 23
17 23
Juliana

A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 05/11, negou provimento ao recurso, mantendo a habilitação da recorrida, aduzindo que a validade apontada na proposta de 60 (sessenta) dias não compromete a habilitação da recorrida e, mesmo que se fizesse necessária a retificação da proposta, a Comissão poderia diligenciar para que fosse apresentada proposta com validade de 90 (noventa) dias, o que seria mera formalidade, pois o Anexo I prevê a entrega imediata.

Quanto à alegação de que a especificação do produto apresentado pela recorrida está completamente incompleto, afirma que a recorrida enviou folder em que constam todas as informações solicitadas, como se pode verificar às fls. 12.

No que se refere à alegação de que a recorrida não possui CNAE para participar da licitação, aduz que o item 36 poderia se encaixar como artigo de recreação ou aparelho elétrico/eletrônico, enquadrando-se no CNAE “42.99-5-01 - Construção de Instalações esportivas e recreativas” ou “47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico”. Ademais, alega que a empresa apresentou atestado de capacidade técnica comprovando o fornecimento de “Máquina de Neve 1.500 w”, conforme fls. 13, bem como que a lei não exige que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto licitado, sendo que a previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica, com fundamento na Lei 8.666/1993, na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais de Contas.

Quanto à qualificação econômico-financeira, afirma que a recorrida obedeceu a exigência do item 19.2.2 do edital para empresa criadas no exercício financeiro da licitação, tendo apresentado o documento solicitado.

No que se refere à alegação de que a declaração unificada apresentada não está compatível com o modelo solicitado, afirma que a Administração deve se pautar pelo princípio do formalismo moderado, promovendo a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, na forma da jurisprudência dos Tribunais de Contas e da doutrina.

A Secretaria Municipal de Turismo, em manifestação de fls. 14, concordou com a decisão da Comissão de Pregão I de negar provimento ao recurso interposto.



Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.

30313
24 11 23
18 Delip

II - DOS FUNDAMENTOS

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:



30313
24 11 23
19
Jelipa

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;”

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.



Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 05/11), negando provimento e encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

No mesmo sentido, a Secretaria Municipal de Turismo acompanhou a decisão pelo desprovimento do recurso (fls. 14).

Quanto à admissibilidade do recurso, verifica-se que a Comissão de Pregão I afirmou que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente, conforme se verá adiante.

II.1 - Quanto à alegação de que a recorrida apresentou sua proposta em desacordo com o pedido no edital.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



A Comissão de Pregão I afirmou que a validade apontada na proposta de 60 (sessenta) dias não compromete a habilitação da recorrida e, mesmo que se fizesse necessária a retificação da proposta, poderia diligenciar para que fosse apresentada proposta com validade de 90 (noventa) dias, o que seria mera formalidade, pois o Anexo I prevê a entrega imediata.

Segundo a doutrina e jurisprudência aplicáveis ao tema, a existência de eventuais erros de natureza formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Uma vez verificado o equívoco, deve a Comissão de Pregão conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada.

O próprio Edital, no item 13.22, prevê que meros erros formais não poderão servir de motivo para desclassificação:

13.22 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

O item 10.16 possibilita, ainda, a solicitação pelo Pregoeiro de prorrogação do prazo de validade da proposta:

10.16 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse do Município este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

Portanto, o erro formal que não prejudica o teor da proposta não pode ser motivo suficiente de desclassificação, sendo possível o aproveitamento da proposta, eis que não causa danos à Administração.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um erro formal, passível de ser sanado, constitui uma verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade, da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência.



30313
24 11 23
22 22 23

Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, *in verbis*:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

O Tribunal de Contas da União possui diversos Enunciados sobre o tema em exame:

Licitação. Julgamento. Erros materiais. É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário - Representação, Relator Ministro Valmir Campelo).

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014-Plenário)

Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante. (Acórdão 2872/2010-Plenário)

Evidente, portanto, que um mero erro formal não pode ser argumento para a desclassificação de uma licitante, desde que não traga prejuízo à Administração Pública.



30313
24 11 23
23 Felipe

II.2 - Quanto à alegação de que a especificação do produto apresentado pela recorrida está incompleto.

A Comissão de Pregão I afirma que a recorrida enviou folder em que constam todas as informações solicitadas, como se pode verificar às fls. 12.

Tratando-se de julgamento da proposta, cabe à Comissão de Pregão a análise, na forma disposta no art. 17 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

III - *verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;*

Portanto, não cabe a esta especializada jurídica adentrar no mérito do julgamento das propostas.

II.3 - Quanto à alegação de que a recorrida não possui CNAE para participar da licitação que tem como objeto aquisição de peças natalinas.

Na forma do item 6 do edital, que trata das condições de participação no certame, poderão participar as empresas que estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo tal fato ser comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa, cuja análise incumbe exclusivamente à Comissão de Pregão.

De acordo com o item 20, que trata da qualificação técnica, as licitantes devem apresentar atestado de capacidade técnica que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no termo de referência.

Portanto, para fins de habilitação jurídica nas licitações, é necessário que haja compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.



A Lei n. 8.666/1993, bem como a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não exigem que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.

Verifica-se, inclusive, que na forma do disposto no art. 66 da Lei n. 14.133/2021, os documentos alusivos à habilitação jurídica se limitam à comprovação de existência jurídica da pessoa:

*“Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele **limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.**”*

Portanto, as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital, de modo que inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no edital.

Este é o entendimento dos Tribunais de Contas:

*“É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas **não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade.**” (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara).*



Com efeito, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

O licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade, não havendo necessidade de que o documento constitutivo disponha expressa e especificamente sobre o objeto da licitação.

Nesse sentido, convém destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr³:

“(...) a Lei nº 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação”.

Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho⁴:

“(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação”.

Conclui-se, portanto, que o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.

Neste ponto, a Comissão de Pregão afirmou que a empresa recorrida apresentou atestado de capacidade técnica comprovando o fornecimento de “Máquina de Neve 1.500 w”, conforme fls. 13, bem como que a lei não exige que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto licitado, sendo certo que a decisão de habilitação é de sua competência exclusiva.

³ Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.

⁴ Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553.



24 30313
27 11 23
Felipe

II.4 - Quanto à alegação de que o balanço patrimonial apresentado se encontra incompleto.

A Comissão de Pregão I afirma que a recorrida obedeceu a exigência do item 19.2.2 do edital para empresa criadas no exercício financeiro da licitação, tendo apresentado o documento solicitado.

Vejamos o disposto nos itens do edital que versam sobre a qualificação econômico-financeira:

19.2.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19.2.3 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Tratando-se de julgamento dos documentos de habilitação, cabe à Comissão de Pregão a análise, na forma disposta no art. 17 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

Portanto, não cabe a esta especializada jurídica adentrar no mérito do julgamento da habilitação.

II.5 - Quanto à alegação de que a declaração unificada apresentada não está compatível com o modelo solicitado.

No que se refere a alegação que a declaração unificada não está de acordo com o modelo solicitado, a Comissão afirma que a Administração deve se pautar pelo princípio do formalismo moderado, na forma da jurisprudência dos Tribunais de Contas e da doutrina.

Acerca do Formalismo Moderado, assim se orienta o TCU:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos



303/13
24 11 23
28 Felipe

dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário. Relator: Bruno Dantas. Data do julgamento: 04/03/2015) (nosso grifo)

Desta forma, seguindo o entendimento da Corte de Contas, deve haver a prevalência do conteúdo sobre o formalismo exacerbado. No entanto, não pode os agentes públicos agir de forma a prejudicar o interesse público. Devendo assim os julgamentos serem eivados de proporcionalidade e razoabilidade, fornecendo segurança jurídica.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 24 de novembro de 2023.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos

Administrativos

Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula: 63.347



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº213/2023.

Processo Licitatório nº: 17.098/2023

Processo Recurso nº: 30.313/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORNAMENTAIS NATALINAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA, inscrita no CNPJ: 00.860.723/0001-60, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 30.313/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 07/11/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 17.098/2023, a empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3.



Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que o prazo de validade da proposta da empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA estaria em desacordo com o Edital, que a especificação do produto apresentado pela empresa estaria incompleta, que a referida empresa não possuiria o CNAE para participar da licitação em comento, que o balanço patrimonial apresentado não estaria completo e que a Declaração Unificada não seria compatível com o modelo solicitado pelo órgão.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, alega a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA que:

- 1) A validade da proposta não seria problema, pois a Secretaria de Turismo e Marketing de Nova Friburgo solicitou que a entrega fosse realizada antes do prazo de 60 dias informado no documento e, que, se necessário poderia atualizar a proposta.
- 2) Em relação à descrição do produto na proposta, não haveria qualquer motivo para desclassificação, pois foi enviado folder do produto com todas as informações solicitadas.
- 3) Quanto ao CNAE, máquina de neve não seria um produto que se classificaria como adorno natalino ou decoração de Natal, pois apesar de poder ser usado



Comissão de Pregão I

no Natal, não seria exclusivo de tal evento. Este produto se enquadraria muito melhor como um artigo de recreação ou aparelho elétrico/eletrônico.

- 4) No tocante à qualificação econômico-financeira, informa que obedeceu à exigência do Edital para empresas criadas no exercício financeiro da licitação, apresentando o balanço de abertura.
- 5) No que se refere à Declaração Unificada, comunica que apresentou todas as informações necessárias para a prefeitura.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação da WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA de que a GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA apresentou proposta de preços em total desacordo com o que é pedi

do no edital, ratificamos o entendimento da recorrida de que, no caso em tela, constar a validade de 60 dias não comprometeria a habilitação da empresa. Mesmo que se fizesse necessária a retificação da validade da proposta, a Comissão de Pregão poderia diligenciar para que fosse apresentada proposta com validade de 90 dias, o que seria considerado mera formalidade, pois o Anexo I do Edital prevê a entrega imediata.

Em relação à alegação de que a descrição do produto na proposta estaria incompleta, a GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA apresentou para o item 36 a especificação "Máquina de Neve", enquanto que no Termo de Referência, consta "Máquina de Neve - Descrição: Máquinas de neve 1500w - 220v ou bivolt". Conforme alegado pela empresa, foi enviado folder (devidamente aprovado pela secretaria requisitante), em que constam todas as informações solicitadas, como podemos verificar às fls. 12.

Comissão de Pregão I

Quanto à alegação de que a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA não possuiria o CNAE para participar da referida licitação, corroboramos o entendimento de que o item 36 poderia se encaixar como artigo de recreação ou aparelho elétrico/eletrônico, enquadrando-se no CNAE "42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas" ou "47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico".

Ademais, a empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica comprovando o fornecimento de "Máquina de Neve 1.500 w", constante de fls. 13.

A Lei 8.666/1993 não exige que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas um objeto social idêntico ao objeto do certame. As atividades desempenhadas devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal.

De acordo com o entendimento dos Tribunais de Contas:

"É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade". (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 - 1ª Câmara)".

"Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita do edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o



Comissão de Pregão I

objeto licitado, para que seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993". (TCE-MG – Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara).

"Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços solicitados". (TCE-MG – DENÚNCIA Nº 1088799/2021. 1ª Câmara).

"(...) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (...)" (Acórdão 1.203/2011 – Plenário).

Considerando, ainda, a Doutrina de Marçal Justen Filho:

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação".

Por todo o exposto, conclui-se que a existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela lei 8.666/1993, que tem como um dos seus princípios basilares, a ampla concorrência.

No tocante à qualificação econômico-financeira, vejamos o que dispõe o subitem 19.2.2 do Edital: "As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura". Constatamos que a recorrida



Comissão de Pregão I

obedeceu à exigência do Edital para empresas criadas no exercício financeiro da licitação, tendo apresentado o documento solicitado.

No que se refere à alegação de que a Declaração Unificada apresentada pela empresa não se encontra compatível com o modelo solicitado pelo órgão, oportuno mencionar o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

"Na realização de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados, não significando desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório".

Acerca do tema, adverte Marçal Justen Filho:

"[...] é imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência. Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9a ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 427)

Conclui-se, portanto, não restar dúvida de que os agentes públicos deverão atuar ao examinar as propostas de preços com esteio nos princípios da razoabilidade,

Comissão de Pregão I

proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado, de modo que não assiste razão para a inabilitação da empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA.

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 213/2023, e no mérito, subsidiada pelos pareceres da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade (fls. 14) e da Procuradoria Geral do Município (fls. 16 a 28), **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa GLC ATACADO DE SUPRIMENTOS LTDA.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 213/2023.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 27 de novembro de 2023.



Karla Braga Machado
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I
Matricula: 990.996